

Home Edições Online

Especiais TV Diplô Podcast



Loja MINHA CONTA ASSINE

LE MONDE  
**diplomatique** BRASIL



Edição 195  
Outubro 2023

COMPRAR

Edição 195

PERU

# Governabilidade: uma missão quase impossível

A presidenta Dina Boluarte, que assumiu em dezembro de 2022 após a tentativa de “autogolpe” de Pedro Castillo, enfrenta falta de legitimidade enquanto procura arrefecer os conflitos internos e manter a cadeira presidencial

Jefferson Nascimento

3 de outubro de 2023



A noção de “crise”, em geral, nos remete a um período crítico que requer medidas urgentes para amenizar seus efeitos e retomar a “normalidade”. No caso da [política peruana](#), porém, a crise virou a regra, e não a exceção. Desde o fim da ditadura de Alberto Fujimori, em 2000, todos os presidentes



eleitos foram implicados em casos de corrupção e, desde 2018, o Peru já teve seis presidentes diferentes.

Dina Boluarte é a atual mandatária, tendo assumido o poder em dezembro de 2022, depois da tentativa de autogolpe do último presidente eleito, Pedro Castillo, de quem era vice. A chapa de Castillo e Boluarte foi eleita em 2021 por uma margem de apenas 0,4% dos votos em relação à segunda colocada. Por um lado, o grau de polarização, a instabilidade do sistema partidário e a insatisfação com a política tradicional contribuíram para a vitória eleitoral de duas figuras pouco conhecidas no cenário político; por outro, tornaram a governabilidade uma tarefa árdua. O débil apoio no Congresso, controlado pelo fujimorismo, somado ao amadorismo do partido governista, o Perú Libre, restringiram a capacidade de estabelecer consensos mínimos para colocar em prática o programa de governo que venceu nas urnas.

Procurando construir um diálogo com a oposição, Castillo abdicou de algumas pautas de esquerda defendidas por seu partido, que o expulsou. Contudo, a guinada à direita não obteve o resultado esperado, e a bancada fujimorista continuou a apostar na estratégia de derrubar o presidente. Em menos de um ano e meio de mandato, Castillo foi alvo de duas tentativas de impeachment.

Na terceira tentativa, o então presidente anunciou que fecharia o Congresso e convocaria novas eleições, medida que é prevista na Constituição, mas que só pode ser utilizada quando o voto de confiança do Legislativo ao Executivo é negado duas vezes, o que não era o caso. A tentativa de autogolpe surpreendeu a todos, tendo em vista o isolamento político do presidente. Logo em seguida, Castillo foi preso e Boluarte assumiu a presidência com o apoio dos grupos que faziam ferrenha oposição ao governo.



Manifestantes pedem a renúncia da presidenta Boluarte e uma nova  
Constituinte (Foto: Angela Ponce/Reuters)

A partir de então, diversos protestos passaram a ocorrer em todo o país. O acúmulo de insatisfação com os políticos tradicionais se intensificou à medida que se deterioravam as condições socioeconômicas. A péssima gestão da pandemia, que rendeu ao Peru a liderança no ranking mundial de média de mortes, somada à interrupção de um longo período de crescimento econômico agravaram as dificuldades da população, cuja taxa de informalidade supera os 75%.

Entre as pautas reivindicadas pelos manifestantes destacam-se a renúncia de Boluarte e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Incapaz de oferecer soluções para os problemas apresentados, o governo tem usado de repressão contra os protestos, o que resultou em pelo menos sessenta mortes até hoje.

As tentativas de antecipar as eleições foram frustradas pelos congressistas, muitos dos quais não querem perder o cargo, visto que a legislação eleitoral impede reeleições. Diante desse cenário, não é difícil compreender que e aproximadamente 90% dos peruanos desaprovam a atuação do Congresso e 80% desaprovam a gestão de Boluarte.

A legitimidade do governo vem sendo contestada não somente pelos peruanos, mas também por outros países. Autoridades da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e México criticaram duramente a atuação de Boluarte na gestão da crise.

O Brasil, por sua vez, adotou uma postura diferente. No dia da posse de Boluarte, o presidente Lula publicou uma nota na qual desejava à nova presidenta “êxito na tarefa de reconciliar o país”. A discrição da diplomacia brasileira parece ter sido vista por Boluarte como uma oportunidade para conquistar credibilidade no cenário internacional.

Sua participação na Cúpula da Amazônia, em agosto, e o convite feito ao presidente Lula para visitar o Peru podem ter sido o primeiro passo nessa direção. Foi sua primeira viagem oficial como chefe de Estado, visto que o Congresso se negava a autorizar as viagens presidenciais para fora do país por conta da crise interna.

Além disso, o Peru recentemente assumiu a presidência da Aliança do Pacífico, depois de uma longa queda de braço com o presidente mexicano, que se recusava a ceder o cargo a Boluarte, por considerar seu governo ilegítimo. Esses dois eventos podem ajudá-la a melhorar sua imagem externa, mas isso só será possível se seu governo for capaz de arrefecer os conflitos internos e manter a cadeira presidencial, uma missão quase impossível no contexto atual.

Com relação às linhas mestras da política externa peruana, não há expectativa de rupturas a curto prazo. Nas últimas duas décadas, independentemente da orientação ideológica do governo, foi priorizado o alinhamento com os Estados Unidos, concretizado no tratado de livre comércio de 2009, e com os países da orla do Pacífico.

\***Jefferson Nascimento** é pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (Opsa), do Iesp-Uerj.

**Leia mais sobre o tema:**



## LEIA TAMBÉM



Edição 195

### Os crimes e a impunidade



Edição 195

### Cinismo em Lampedusa



Edição 195

### Na Argentina, a direita faz muito barulho, mas pouco inova

Leave a reply

Seja o Primeiro a Comentar!

PUBLICAR COMENTÁRIO

## 0 COMENTÁRIOS

Quem Somos  
Clube de Descontos  
Pelo Mundo  
Política de privacidade  
Contato

 **ASSINE**

**APP Diplô**

Inscreva-se para receber nossa newsletter

Nome\*

Email\*

ASSINAR

COPYLEFT © LE MONDE DIPLOMATIQUE

Desenvolvido por: **Prima Estúdio**